

☐ REQUERIMENTO Número /XIII ( .ª)

☒ PERGUNTA Número /XIII ( .ª)

**Assunto: Intenção de despedimento coletivo na Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)**

**Destinatário: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República*

Tivemos conhecimento dos seguintes factos relativos a um grupo de bolseiros de Gestão de Ciência e Tecnologia (BGCT) a exercer funções na Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), I.P.

Na manhã do passado dia 21 de Abril, de uma forma inesperada e sem qualquer informação que o fizesse prever, cinco bolseiros foram convocados por correio electrónico para reuniões individuais com o Vice-Presidente da FCT, Professor Miguel Castanho. Durante essas reuniões, cada um dos cinco bolseiros recebeu em mão uma “Notificação de intenção de cancelamento da bolsa”, assinada pelo Chefe de Divisão de Apoio a Bolsas do Departamento de Formação Avançada, onde se alegam sobretudo violações do regime de dedicação exclusiva, tendo em conta a afiliação (não remunerada) destes bolseiros a Centros de Investigação, ou então a participação (não remunerada) em projetos de investigação financiados pela FCT.

Foi-nos transmitido ainda que os mesmos nunca terão escondido que desenvolviam estas actividades de investigação, inclusive no momento da sua contratação pela FCT, sendo mesmo um dos requisitos previstos nos editais dos concursos em que foram seleccionados a sua experiência de investigação, e a especialização em domínios científicos específicos. Durante todo o período que decorreu desde a sua entrada em funções na FCT, estes bolseiros nunca foram informados, seja de que modo for, de que tais actividades seriam de alguma forma incompatíveis com as funções que exercem na FCT, a qual, sendo a Instituição de Acolhimento destes bolseiros, está mesmo obrigada, segundo o artigo 13.º do Estatuto do Bolseiro de Investigação (EBI), a comunicar atempadamente ao bolseiro as regras de funcionamento da mesma. A isto acresce que as atividades de investigação em causa foram sempre exercidas em regime não remunerado e pós-laboral, não infringido, assim, o dever de dedicação exclusiva previsto na legislação (artigo.º 5 do EBI e artigo.º 22 do Regulamento de Bolsas), o qual tem sido sempre interpretado como aplicável apenas às actividades remuneradas

A surpresa e perplexidade perante este facto é tanto maior quanto o número de bolseiros na FCT que estão exatamente nas mesmas condições que os cinco bolseiros notificados - colaboração/associação a Projetos de investigação ou afiliação a Centros de investigação – e que ascende a mais de duas dezenas. Foram, porém, até à presente data, apenas notificadas estas cinco pessoas, tendo já decorrido mais de 4 semanas desde a entrega dessas notificações, o que não deixa de configurar um claro tratamento discricionário e desigual de situações absolutamente semelhantes.

Tomámos também conhecimento de que, indignados com o tratamento altamente discricionário e injusto a que

os cinco bolseiros notificados estão a ser sujeitos, mais de 50 bolseiros a exercer funções na FCT subscreveram um abaixo-assinado, entregue ao Conselho Directivo da FCT no passado dia 28 de Abril, onde solicitavam a este a suspensão dos referidos processos de cancelamento de bolsa. Foi-lhes entretanto comunicado, pela Presidência da FCT, que a FCT não pretendia suspender estes processos.

Os contornos deste caso, desde a forma como os bolseiros tiveram conhecimento deste processo, sem qualquer informação ou esclarecimento prévios, até ao clima de grande insegurança entretanto criado entre os bolseiros em relação às suas situações laborais, já de si extremamente precárias, denotam uma especial insensibilidade por parte do Conselho Directivo da FCT para com os bolseiros que exercem funções nesta instituição, os quais estão desprovidos de qualquer proteção social. Num contexto em que, por um lado, já se iniciou o processo de submissão de pedidos de apreciação individual pelas Comissões Bipartidas criadas no âmbito do PREVPAP e, por outro, estão prestes a ser aprovadas pela Assembleia da República as alterações ao DL 57/2016, que deveriam constituir vias de contratação destes e de outros bolseiros em funções na FCT, as ações do Conselho Directivo da FCT são particularmente lesivas e preocupantes.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, as seguintes perguntas:*

1. Tem o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior conhecimento da comunicação da intenção de despedimento aos bolseiros de gestão de ciência da FCT por, alegadamente, terem violado o regime de dedicação exclusiva pela afiliação (não remunerada) destes bolseiros a Centros de Investigação e/ou a participação (não remunerada) em projetos de investigação?
2. Tem o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior conhecimento de quantas notificações de cancelamento de bolsas enviou a FCT desde o início de 2017, e, destas, quantas alegaram, pelas mesmas exactas razões, a violação do regime de dedicação exclusiva?
3. Tendo em consideração que os bolseiros da FCT a quem foi comunicada a intenção de despedimento estão entre aqueles que se destacaram na defesa dos direitos dos Bolseiros de Gestão de Ciência e Tecnologia da FCT nos processos de discussão e apreciação do Decreto-Lei 57/2016, não considera o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que tal intenção de despedimento, e a forma discricionária como decorreu este processo, pode configurar uma prática persecutória, totalmente condenável numa instituição pública?
4. Tem o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior conhecimento de qualquer informação, prestada pela FCT, quer junto dos muitos bolseiros que nela exercem funções, quer junto das múltiplas instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, sobre a existência de incompatibilidade entre realização de qualquer actividade científica não remunerada e pós-laboral e o regime de dedicação exclusiva a que estão obrigados os Bolseiros, tenham estes bolsas de investigação, ou bolsas de gestão de ciência e tecnologia?

5. Sendo o regime de dedicação exclusiva, tal como previsto no EBI, destinado a garantir a plena execução do plano de trabalhos, como explica o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior que, em simultâneo com avaliações positivas da execução dos planos trabalhos, estejam a ser despedidos bolseiros por realizarem atividade científica fora do horário laboral e de uma forma não remunerada?
6. Que medidas já tomou ou prevê tomar o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior junto da FCT no sentido de ser rapidamente restabelecida a normalidade de funcionamento e de relação com os bolseiros neste Instituto Público, e de salvaguardar as situações laborais dos cinco bolseiros notificados?

Palácio de São Bento, 24 de maio de 2017.

**Os deputados**